

XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Terreiro da Casa Branca: Mulheres, Patrimônio e Territorialidades

Viviane Sales Oliveira¹ 

Edson Silva de Farias² 

RESUMO

Este trabalho coloca em discussão o Terreiro da Casa Branca como território de resistência e patrimônio cultural de legado africano, destacando as mulheres nagô-iorubás- ketu na construção de saberes ancestrais e liderança. Discute-se, de forma inicial, a patrimonialização do espaço sagrado e a atuação das lyalorixás como gestora de um sistema matrifocal de matriz africana. Nesta oportunidade, evidencia-se o terreiro como lugar de memória, identidade e enfrentamento aos poderes constituídos desde a época colonial até os dias atuais.

Palavras-chave: Terreiro da Casa Branca. Mulheres nagô-iorubás- ketu. Patrimônio.

¹ Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-ODEERE-UESB); bolsista pela CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2018-2020). Especialista em Antropologia com ênfase em Culturas Afro-Brasileiras, pelo Órgão de Educação e Relações Étnicas-ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Bacharela em Administração, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Atuou na formação de gestores sociais e desenvolvimento de ações formativas e educativas para gestores sociais. Atuou como professora de Associativismo e Cooperativismo e disciplinas de cursos de extensão universitária. Atualmente integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Relações Étnicas: saberes e práticas dos legados africanos, indígenas e quilombolas. Colaboradora do Projeto Êdè Làmi, que contempla entre suas ações, o Grupo de Pesquisa Êdè Làmi, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e o terreiro Ilé Alaketu Asè Omi T'Ogun, tendo por objetivo a construção de um léxico alfabético trilingue, apresentando como língua fonte a língua yorubá e a língua alvo a Língua de Sinais Brasileira e a Língua portuguesa. E-mail: admvivianne@gmail.com

² Pesquisador do CNPq. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (1989) e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1995), com doutorado em Ciências Sociais pela mesma instituição (2001). Pós-doutoramento pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2023), onde atuou como professor convidado, e pelo Colégio de México, onde esteve como pesquisador visitante (2012). Atualmente é professor associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica e Sociologia da Cultura. Pesquisa audiovisual, cultura popular de massas, memória, economia simbólica, consumo cultural e formação de subjetividades artísticas. Coordena o Comitê de Pesquisa em Sociologia da Cultura da Sociedade Brasileira de Sociologia. Membro do Comitê de Patrimônio e Cultura Brasileira da ANPOCS. Coordenou a equipe responsável pela pesquisa e pelo dossiê que subsidiaram o reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá Amazônico como patrimônio cultural do Brasil, pelo IPHAN. E-mail: nilosed@gmail.com



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA 

XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XV ao XIX, a escravidão atlântica mobilizou homens, mulheres - entre os quais eles próprios mercadorias - comerciantes, armas, negócios, poder, sujeição, viagens, morte e dor (...) Na América Portuguesa - leia-se Brasil - formou-se a maior sociedade escravista das Américas. O trabalho compulsório - de populações indígenas, chamadas negros da terra, e posteriormente de populações africanas, ditos negros da guiné - constituiu a base da produção de riquezas (GOMES, 2014, p. 165-166).

Entre estes povos africanos estavam os povos nagôs iorubás traficados para o Brasil durante o quarto período do tráfico, correspondente a 1770 e 1850, segundo Verger (1987) que denominou este período de “Ciclo da Baía de Benin” ou “Costa da Mina” (VERGER, 1987, p. 9). De acordo Verger (1987) o tráfico de pessoas dessa área geográfica ocorre quando se estreitam relações entre a Bahia e a Costa da Mina, motivada pela venda de fumo. Os negociantes de fumo da Bahia escoavam sua produção nessa área da costa, impedidos de comercializarem nos domínios portugueses que julgavam o produto “indigno de ser consumido no reino de Portugal” (VERGER, 1987, p. 21).

A cultura do tabaco durante o século VXII, ainda que de péssima qualidade, garantiu, praticamente o monopólio comercial entre a Bahia e a Costa da Mina, longe do controle de Portugal. O tabaco foi o produto utilizado pelos comerciantes da Bahia como entrada no sequestro de pessoas através dos portos, “Grande Popo, Uidá, Jaquim e Apá (leste da Costa do Daomé)” (VERGER, 1987, p. 12), “Epe, Porto Novo, Apa, Badagri e Lagos (Onim)” (PARÉS, 2018, p. 79), para o trabalho forçado nas terras baianas nas minas, cultivo de fumo, entre outras áreas de trabalho. Como a Bahia era o principal produtor de tabaco na época, somado as proibições holandesas impostas aos portugueses de não realizarem tráfico na



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

região com mercadorias vindas da Europa, os negociantes baianos exerceram o tráfico mediante troca por tabaco, sendo permitido essas transações pelos holandeses que tinham interesse no produto pela grande aceitação do tabaco produzido na Bahia, mediante o pagamento de 10% de cada carregamento, no Castelo São Jorge da Mina (sob o domínio holandês desde 1637).

Luiz Felipe de Alencastro (2018) explica que este eixo que ligou a Bahia ao Benim, foi um dos principais, com “grande destaque cultural no passado e no presente das relações entre a África e o Brasil” (ALENCASTRO, 2018, p. 62). Essa relação comercial Bahia-Benin provocou a intensificação do tráfico de pessoas da África Ocidental³ de etnias de Ilorin, Ijexá, Oyó, Abeokutá, Lagos, Ketu, Ibadan, Ijebu, Ifé, denominados Nagôs-iorubás e, também, de Daomé⁴ e do reino Mahi denominados de jejes, haussás, grúncis, tapas, mandingos, fântis, achântis, Prandi (2000), “vítimas de revoltas políticas, conflitos étnicos e especialmente guerras relacionadas com a expansão do islã na região”(REIS, 1987, p.132), tendo na Bahia o principal porto de desembarque, em termos absolutos, a grande maioria concentrou-se na Bahia (75,6%) e, em menor grau, em Pernambuco (11,4%) e no Maranhão (8,2%)” (PARÉS, 2018, p. 80). Segundo Marinélia Sousa da Silva (2010), pelo Porto de Uidá mais de um milhão de pessoas foram traficadas.

Os iorubás foram reconhecidos como integrantes de um único grupo no Brasil, por falarem o mesmo idioma e considerarem-se descendentes de Odudua, da velha Ile Ifé. Eram, em sua maioria, oriundos de Daomé, atualmente, República do Benin, colonizada pelos franceses. (...) Na Bahia chamamos Nàgós (...) todas as pequenas nações daquele grupo: de Oyó, capital de Iorubá, de Ilorin, Ijesa, Ibadan, Ifé, Iebú, Egbá, Lagos, Ketu (RIBEIRO, 1996, p.125).

³ Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Togo, Serra Leoa.

⁴ Reino da África ocidental atual República do Benin.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Os povos nagô-iorubás durante o século XIX foi a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras escravizadas da Bahia, devido ao ciclo do tráfico da região supracitada, a concentração de muitas pessoas vindas da mesma região fortaleceu as reações de resistência dos povos iorubás juntamente com os povos malês (povos africanos mulçumanos) à cultura da América escravista. Esta atitude está presente em diversos estudos já realizados sobre os povos iorubás na Bahia e discutido por João José Reis (1987) como estratégia política de sobrevivência que disseminava rebeldia e resistência desde a negação de integração à sociedade escravista e manutenção da língua, da religiosidade, relações reservadas as pessoas das nações africanas, negociações, a persistente meta de retorno à terra de seus ancestrais, a organização de levantes, rebeliões e revoltas, a mais emblemática foi o Levante dos Malês ocorrida em 1835, na cidade de Salvador⁵.

Essa resistência foi responsável pela reestruturação de elementos de seus locais de origem de ordem econômica (poupança para compra de alforria); de ordem política (conselhos, confrarias e rebeliões); de ordem mítica e ancestral que percebe a existência organizada em dois planos, *ayíé* (visível) e *orun* (invisível) (religiosidade, ambiente, pessoa, parentesco, relacionamentos); de ordem linguística, aponta Sodré (2005). Os povos nagô-iorubás construíam organizações e modos de pensar e de viver diferentes do ordenamento branco, entre estas, o Candomblé que reúne saberes ancestrais e constitui-se em um território de socialização e de reconstrução e ressignificação civilizatória dos povos negros; força coletiva que orienta, conduz e direciona a busca por uma vida própria

⁵ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. Ed. 3ª. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

fundamentada em princípios míticos, simbólicos e étnicos, argumenta Sodré (2002). Com isso, entende-se o Candomblé como uma “forma social negro-brasileira por excelência, porque além da diversidade existencial e cultural que engendra, é um lugar originário de força ou potência social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais” (SODRÉ, 2002, p. 20).

Datado das primeiras décadas do século XIX (1830) está a fundação do primeiro terreiro de Candomblé do Brasil pelos povos nagô-iroubás de tradição Ketú, localizado na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Inicialmente, na Barroquinha, no perímetro urbano da cidade coexistindo com modelos ocidentais e de ordem cristã. Chamado de Candomblé da Barroquinha assentado em terreno atrás da Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha (Centro Histórico de Salvador) e depois transferido para o Engenho Velho onde se localiza até os dias atuais, com o nome de Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Terreiro da Casa Branca (IPHAN, 1986).

O terreiro da Casa Branca foi o primeiro bem de matriz africana a ser reconhecido pelo poder público brasileiro como Patrimônio Cultural Material Brasileiro, uma caminhada motivada pela crescente especulação imobiliária na área que colocava em risco a permanência do terreiro, um espaço mítico, portanto, sagrado onde se organiza “a simbologia de um Cosmos (...) presente, condensada, reterritorializada” (SODRÉ, 2002, p. 55). O processo de tombamento do terreiro consolida o reconhecimento de uma construção de saberes ancestrais fundamentados por mulheres que constituíram um matriarcado de matrizes africanas na Bahia.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta considerações em uma discussão sobre a patrimonialização de comunidades tradicionais de matrizes africanas, tendo como



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

destaque o terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká, tomabado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 25 de agosto de 1984 e efetivado em 1986 com a inscrição no Livro do Tombo, como Patrimônio Histórico do Brasil, o qual corresponde ao primeiro bem de matriz africana reconhecido como Patrimônio brasileiro. Esta discussão é um recorte da pesquisa de doutoramento em fase de desenvolvimento, que tem por objeto de estudo, a ancestralidade feminina e a memória no contexto ancestral do Candomblé Ketu-Nagô, a partir de pesquisa etnográfica no Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um ambiente de conflito em que as diversas etnias - exiladas e sob o sistema escravista - precisavam resistir às investidas dominadoras das elites e do Estado, emerge a cultura negro-brasileira e a partir do século XIX passa a sair da clandestinidade, principalmente com o terreiro de Candomblé, conforme explica Sodré (2005). Com isso, o terreiro pode ser analisado, também, como uma dimensão patrimonial que mantém uma totalidade de saberes africanos, que aqui se consolidou. Segundo o autor, o patrimônio cultural negro referenciado está relacionado ao significado de herança, legado e memória, tanto técnico, físico, quanto simbólico que se mantém e se transmite através da memória ancestral, tendo na família de Axé e sua linhagem, "o conjunto das relações de ascendência e descendência regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica, ideologicamente" (SODRÉ, 2002, p.74).

O candomblé é organizado como família e para fazer parte é necessário passar pela iniciação que "constitui o primeiro e decisivo momento da integração das pessoas no Candomblé e estabelece uma relação permanente que é a



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

própria essência da organização social do grupo” (COSTA LIMA, 2003, p. 69). Para tanto, destaca-se a Iyalorixá responsável pela iniciação familiar. Neste cenário de enfrentamento, resistência e reconstituição da diáspora, as mulheres negras tiveram uma atuação basilar com destaque também nos terreiros de Candomblé, exercendo liderança religiosa, social, política e cultural de seus povos reunidos e organizados pelas “Mães” - Iyalorixás que assumiram uma posição política a partir dos terreiros, compreendida por Muniz Sodré como sendo uma “liderança comunitária e de política patrimonialista-cultural (SODRÉ, 2002, p. 68).

As Iyalorixás construíram um sistema matriarcal de matriz africana, sendo o terreiro da Casa Branca, o primeiro a ser estruturado e o primeiro a destacar este fenômeno diaspórico de ter líderes femininas e estas serem responsáveis pela construção de saberes ancestrais que refletem na comunidade, sociedade como um todo ao longo dos tempos. O terreiro foi fundado por Iyá Nassô e após seu falecimento Iyá Detá e Iyá kalá assumiram o posto de comando, em épocas diferentes, sendo as primeiras Iyalorixás da Casa Branca.

Acredita-se que Orixás femininos são remanescentes de Iyá Mi, (Mãe Ancestral). Em África, Iyá Mi é o poder atribuído às mulheres velhas, recebido como herança de sua mãe ou de uma de suas avós, Verger (1994). A totalidade desse poder e o seu alcance, caracteriza Iyá Mi como detentora do saber, conhecedora dos segredos da vida, capazes de interferir no controle do ciclo vital desde o nascimento até a morte. Conforme estudos realizados por Verger (1994), houve realização na Bahia, da Festa da Gêlèdè – sociedade de mulheres de culto a Grande Mãe, com procissão, ritos, oferendas; todos os anos, a 8 de dezembro, em Boa Viagem. Presidida por Maria Júlia Figueiredo - Iyalorixá da Casa Branca - que tinha o título de Iyalodé-Erelu.

As mulheres organizadas pelo poder de Iyá Mi exerciam o controle social em



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

sociedades africanas, através da Iyalodé-Erelu - líder das mulheres - reconhecida pela sociedade em geral. Exercia a liderança das mulheres no mercado (venda/negócios), de representação junto ao rei e ao conselho local, árbitra em casos de lides que envolviam mulheres. Dessa forma, podemos inferir que a fundadora do referido terreiro pertencente a sociedade Gèlèdè, possuidora de título de liderança nessa mesma sociedade, funda na Casa Branca uma sociedade que se transformou no Candomblé com vivências e experiências de uma formação ancestral de legado africano.

A pesquisadora Cláudia Alexandre em sua tese de doutorado apresenta que desde o início do século XIX, no bairro de Boa Viagem acontecia uma festa no dia 08 de dezembro. Essa data foi tomada pelas lideranças do terreiro em festejo à Gèlèdè em “memória ancestral das mulheres africanas ligadas ao culto das Iyá Mi” (CLÁUDIA ALEXANDRE, 2021, p. 202). Segundo a pesquisadora, os ritos eram liderados por Maria Julia Figueiredo, Omoniké, filha de Iyá Nassô (Francisca da Silva), como vimos anteriormente, se trata da fundadora da Casa Branca. Omoniké tinha o título de Iyalodé-Erelu. Cláudia Alexandre deixa registrado que até meados do século passado acontecia, neste mesmo período a “Festa do Jacaré”.

De acordo Sousa Jr., os elementos desta festa (Gèlèdè) permanecem vivos na “festa do Jacaré” “uma espécie de confraternização onde as mulheres se enfeitam com folhas e saem a cantar” (SOUSA JR., 2019, p. 44) para acionar o poder ancestral. Esta festa acontece no período do culto em louvor a Oxun, divindade “Mãe” de uma das fundadoras da Casa Branca, lembrada todos os anos na “festa do Barco” dedicada à Oxun” (SOUSA JR., 2019, p. 44).

Nota-se que há uma construção que traz em seu corpo uma relação com o feminino – uma produção de conhecimento vinculada à ancestralidade e suas matrizes culturais no seio da família – terreiro - que organiza, acerva e difunde



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

conhecimentos atualizados, através de práticas ritualísticas que estruturam o viver social, refletidos no conceito de patrimônio cultural, compreendido, conforme as análises de Edson de Farias, Henrique Borralho e Edvania da Silva (2021), ao modo como o grupo social se representa nos bens simbólicos e na afirmação da proposição com a qual se justifica sua imagem identitária.

O reconhecimento do terreiro da Casa Branca como Patrimônio Histórico do Brasil, depois de um longo período de discussões nos órgãos governamentais responsáveis pela política patrimonial, estudos e articulações políticas empreendidas pelas filhas e filhos do terreiro e apoiadores, iniciado em 25 de agosto de 1982, ocorreu em 31 de maio de 1984, data oficial da aprovação do tombamento do referido terreiro, sendo homologado pelo Ministro da Cultura, no dia 27 de junho de 1986 e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Tombo Histórico em 14 de agosto de 1986 (IPHAN, 1986). Deste modo, é reconhecer também, que o terreiro para além de um espaço físico, é um “entrelugar” que interliga os mundos visíveis e invisíveis em um espaço-tempo ancestral preenchido por forças ancestrais e suas representações, por fim, o reconhecimento de um patrimônio que não apenas resiste, que apresenta uma construção epistemológica de legado africano com formas próprias de liderança, patrimônio e religiosidade, construídos pela articulação de saberes ancestrais por mulheres.

CONCLUSÕES

Esta discussão, inicial, apresentou elementos a serem considerados no entendimento do é patrimônio para os povos de terreiro que constroem suas próprias narrativas históricas e culturais; e saberes fundamentados na ancestralidade. Estudos mais aprofundados podem contribuir para os poderes



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

constituídos construir políticas patrimoniais que alcancem epistemologias diversas a ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **África, números do tráfico atlântico**. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.) Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 56-63.

ALEXANDRE, Cláudia Regina. **Exu Feminino e o matriarcado nagô: Indagações sobre o princípio feminino de Exu na tradição dos candomblés yorubá-nagô e a emancipação das “Exu de Saia”**, 2021. 384 fs. (Tese de doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião. PUC, São Paulo, 2021.

BRASIL. IPHAN. **Processo número 1.067-T-82**, Inscrição número 93, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 43, e Inscrição número 504, Livro Histórico, fls. 92. Data: 14. VIII. 1986. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, 1986.

COSTA LIMA, Vivaldo da. **A família de santo nos Candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais**. 2. Ed. Salvador. Corrupio, 2003.

FARIAS, Edson Silva; BORRALHO, Henrique; SILVA, Edvania Gomes da. **Agontimé: Representação e representatividade em uma versão artística da fundação da Casa de Minas**. Arquivos do CMD, v. 09, n. 01, p.69-120, jan/jul 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/43520> Acesso em: 26 de abril de 2025.

GOMES, Flávio. Escravidão. In. SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. (org.) **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: eDUFBA, 2014. p. 165-186.

PRANDI, Reginaldo. **De africano à afro-brasileiro: etnia, identidade e religião**. Revista USP, São Paulo, Brasil. n.46, p. 52-65, 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/32879/35450> Acesso em: 23 de abril de 2025.

REIS, João José. **O Levante dos Males na Bahia: Uma Interpretação Política**. Estudos



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Economicos, São Paulo, V. 17, N. 9. Especial, p.131-149,1987.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **Alma africana no Brasil: os iorubas**. São Paulo, Ed. Oduduwa, 1996.

SILVA, Marinélia Sousa da. **Movimentos na História: Notas sobre a Historiografia da Costa dos Escravos**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano III, Nº 5, julho/2010. p. 94-113. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88769/91649> Acesso em: 23 de abril de 2025.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida - Por um Conceito de Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro. Bahia: Prosa e Poesia. AMAGO, 2002.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. **Ijexá, o povo das águas**. Recife: Editora Linceu, 2019.

VERGER, Pierre. **Deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Currupio, 2002.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII e VXIII**. São Paulo: Currupio, 1987.

VERGER, Pierre. **Grandeza e decadência do culto de òyà mi Osorongá (minha mãe Feiticeira) entre os Yorubá**. In. MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.) - As senhoras do pássaro da noite. São Paulo. EDUSP, 1994. p. 13-72.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

DANÇA

